

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.890 - MG (2019/0300801-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : WENDER DA CRUZ PEREIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por WENDER DA CRUZ PEREIRA, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, assim ementado (fl. 103):

EMENTA: HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – NEGATIVA DE AUTORIA – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NESTA VIA – PRISÃO PREVENTIVA – REVOGAÇÃO – INVIABILIDADE – PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – PRISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E NO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA – DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NESTA VIA – PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – COMPATIBILIDADE COM A PRISÃO PREVENTIVA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. A negativa de autoria ou a desclassificação para crime menos grave pressupõe análise de mérito e necessária incursão probatória, o que é inviável na via estreita. Não há ilegalidade na decretação da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatos concretos, que a segregação é necessária para acautelar a ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta, em tese, praticada e pelo paciente do risco de reiteração delitiva. É consolidado o entendimento de que as condições pessoais favoráveis, por si sós, não obstam a manutenção da prisão preventiva. É incabível a alegação de que a prisão provisória afronta o princípio da proporcionalidade, pois caberá ao juiz, no momento oportuno, depois da análise de todas as provas, julgar a causa e, em caso de condenação, dosar a pena e avaliar o regime prisional adequado, o que demanda valoração probatória e exame completo das circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal. O princípio da presunção de inocência e as condições pessoais favoráveis do paciente, por si sós, não obstam a manutenção da prisão preventiva.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela prática do delito de tráfico de entorpecentes, sendo a custódia convertida em preventiva.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente recurso, em que o recorrente sustenta, em síntese, que o decreto prisional embasou-se na gravidade genérica do delito de tráfico de

Superior Tribunal de Justiça

drogas, ausentes os requisitos do art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente, permitindo-lhe permanecer em liberdade provisória até eventual trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional restou assim fundamentado (fl. 44):

Vistos etc.,

A Autoridade Policial comunica as prisões em flagrante de Wender da Cruz Pereira e Rhyan Lucas Sabino, qualificados no APF autuados como incursos no artigo 33, caput, da Lei 11 343/2006.

O flagrante obedeceu às formalidades legais, com as oitivas do condutor, das testemunhas e dos autuados, salientando que o autuado Rhyan Lucas Sabino exerceu o direito constitucional de permanecer calado. Consta dos autos, nota de culpa e laudo de constatação. Entendo que as prisões atenderam os requisitos previstos no artigo 302 do Código de Processo Penal.

O delito cometido é grave, o bastante para causar abalo, temor e repercussão na comunidade, quanto mais se considerarmos sua natureza, já que se trata de tráfico de drogas. Assim, entendo que no momento não ha elementos para aplicar outra medida cautelar que não seja a prisão preventiva, ficando a cargo do Juízo competente a análise de outra medida. A prisão se faz necessária para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

Assim, homologo o Auto de Prisão em Flagrante e, nos termos dos artigos 310, II e 312, ambos do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante em preventiva de Wender da Cruz Pereira e Rhyan Lucas Sabino.

Expeça-se mandados de prisão, com data de vencimento no dia 03 de agosto de 2039.

Como se vê, a decisão de prisão destacou a necessidade da custódia apontando que há gravidade nos fatos praticados, sem demonstrar concretamente sua caracterização, justificando a medida extrema sob o argumento de que, *O delito cometido é grave, o bastante para causar abalo, temor e repercussão na comunidade, quanto mais se considerarmos sua natureza, já que se trata de tráfico de drogas. Assim, entendo que no momento*

Superior Tribunal de Justiça

não ha elementos para aplicar outra medida cautelar que não seja a prisão preventiva.

Logo, não se apontou qualquer elemento do caso concreto para justificar a prisão, fazendo afirmação genérica e abstrata sobre a gravidade do crime, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

No caso, embora a decisão impugnada faça referência à gravidade do delito, não discriminou qualquer conduta do acusado que extrapole as elementares dos tipos penais de tráfico.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, desde logo reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, defiro a liminar para soltura do recorrente WENDER DA CRUZ PEREIRA, o que também não impede nova e fundamentada decisão cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator